

2018 ano 43 v. 277 mar.

Artigos

- Duração razoável do processo: critérios para seu dimensionamento e aplicação no Brasil**
01. *(Paula Ferraresi Santos)* 21
- Convenções sobre os custos da litigância (II): introdução ao seguro e ao financiamento processuais**
02. *(Antonio do Passo Cabral)* 47
- Decisão sobre ônus da prova: o momento adequado à sua inversão judicial**
03. *(Augusto Jorge Cury)* 79
- CADE: art. 118 da Lei 12.529/2011**
04. *(Carlos Roberto Barbosa Moreira)* 111
- Entre Posner, Rawls e Dworkin: o ato de julgar, a motivação e a resposta correta**
05. *(Eduardo Cambi, José Eduardo Ribeiro Balera)* 133
- A liquidação da decisão judicial por meros cálculos aritméticos**
06. *(Antonio Augusto Cruz Porto, Rafael Knorr Lippmann)* 161
- A prova emprestada no direito processual brasileiro**
07. *(José Wellington Bezerra da Costa Neto, Leonardo Dantas Costa)* 197
- Medidas eficazes para a produção de provas destinadas a desvendar fraudes complexas, com reflexos em jurisdições estrangeiras**
08. *(Octaviano Bazilio Duarte Filho)* 235
- Novas perspectivas da fraude à execução nos processos civil, trabalhista e tributário**
09. *(Cristiano Gomes de Brito)* 257
- A coisa julgada parcial e o problema do termo inicial para a propositura da ação rescisória no CPC de 2015**
10. *(Fernando Alcântara Castelo)* 283
- A técnica de julgamento do art. 942 do CPC/15 e sua repercussão: pesquisa descritiva e quantitativa no âmbito do TJMG**
11. *(Lettícia Fabel Gontijo, Jason Soares de Albergaria Neto)* 305
- As questões prejudiciais incidentais, o regime especial da coisa julgada e os possíveis problemas recursais**
12. *(M. Y. Minami, Ravi Peixoto)* 323
- Os desafios do incidente de resolução de demandas repetitivas em face do federalismo brasileiro**
13. *(Eduardo de Avelar Lamy, Nadine Pires Salomon)* 347
- A legitimidade democrática do Ministério Público brasileiro para a tutela de interesses coletivos**
14. *(Fernando Augusto Sormani Barbugiani, Luiz Fernando Bellinetti)* 377

	Limites de cognição no julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas	
15.	<i>(Gustavo Viegas Marcondes)</i>	405
	A competência dos tribunais para julgamento de IRDRs: possível incompatibilidade decisória e a remessa (obrigatória) aos tribunais superiores	
16.	<i>(Juliana Melazzi Andrade)</i>	425
	Cabimento da ação monitória fundada em título executivo extrajudicial no CPC/2015	
17.	<i>(Antonio Adonias Aguiar Bastos)</i>	451
	Questões relevantes sobre a prescrição nas ações de ressarcimento ao erário com fundamento em ato de improbidade administrativa	
18.	<i>(Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz, Luiz Manoel Gomes Junior)</i>	463
	Repercussões da litigância contra precedente no atual ordenamento jurídico brasileiro e a litigância de má-fé	
19.	<i>(Bianca Mendes Pereira Richter)</i>	489
	Hacia una nueva configuración de la tutela cautelar	
20.	<i>(Jordi Nieva Fenoll)</i>	509
	Note comparative sull'esecuzione indiretta in Italia e in Brasile	
21.	<i>(Sergio Chiarloni)</i>	527
	Processo judicial eletrônico e inclusão digital para acesso à justiça na sociedade da informação	
22.	<i>(Alexandre Henrique Tavares Saldanha, Pablo Diego Veras Medeiros)</i>	541
	Suspensão do processo judicial para realização de mediação	
23.	<i>(Eduardo Talamini)</i>	565
	Arbitragem de emergência: a tutela de urgência na fase pré-arbitral	
24.	<i>(Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa, Ayrton de Sena Gentil Neto)</i>	585
	Revisitação histórica da magistratura pretoriana romana: o ius imperium e a distinção entre as funções processuais do praetor e do iudex	
25.	<i>(Alexandre Freire Pimentel)</i>	607